



Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 34.111.187/0001-12
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729 - 8º andar - Itaim Bibi - São Paulo - SP - Brasil
Ouvidoria: 0800-7700668 - ouvidoria@haitongib.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos a V.Sas., o relatório da Administração e as demonstrações financeiras do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. encerradas em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das notas explicativas, elaboradas de acordo com a legislação societária e normas regulamentares do Banco Central do Brasil.

Desempenho das Atividades

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. apresentou lucro líquido de R\$ 1.060.

O patrimônio líquido atingiu R\$ 501.034 ao final do exercício, após considerar o resultado do exercício deduzidos dos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 30.000. O índice de adequação do capital, instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil, atingiu 20,5% ao final do ano no "Conglomerado Prudencial", superior ao mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil.

O ativo total alcançou R\$ 4.092.386 ao final do exercício. As aplicações interfinanceiras de liquidez, as carteiras de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 3.102.109 correspondente a 75,8% dos ativos totais.

A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 2.388.680, correspondente a 58,4% dos ativos totais, representada por 89,7% em títulos públicos e 10,3% em títulos de emissão privada. Dessa carteira, o Banco classificou 75,9% em "títulos para negociação", 19,3% em "títulos disponíveis para venda" e 4,8% em "títulos mantidos até o vencimento", em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Banco em mantê-los até o vencimento. A posição de liquidez do Banco, representada pela carteira de títulos livres, atingiu R\$ 956.422, correspondente a 1,9 vezes o patrimônio líquido final.

A carteira de crédito atingiu o saldo de R\$ 326.759 ao final do período. Essa carteira, incluindo as fianças prestadas no montante de R\$ 265.809, atingiu o saldo de R\$ 592.568 ao final do período. Dessa carteira de crédito, 93,9% das operações foram classificadas entre os níveis de risco "AA" a "B" em conformidade com a regulamentação em vigor do Banco Central do Brasil. As parcelas vencidas totalizaram R\$ 5.463 correspondente a 1,7% da carteira. A provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizou R\$ 11.237, correspondente a 3,4% da carteira de crédito.

Os recursos captados totalizaram R\$ 3.223.048 ao final do período, sendo representados por: R\$ 10.005 em depósitos interfinanceiros; R\$ 647.331 em depósitos a prazo; R\$ 1.641.445 em captações no mercado aberto; R\$ 722.235 em letras financeiras; R\$ 201.631 em repasses do BNDES e R\$ 401 em certificados de operações estruturadas.

Agradecimentos

É indispensável traduzir o reconhecimento ao trabalho de nossos funcionários, ao apoio de nossos acionistas e a confiança de nossos clientes e das instituições financeiras do mercado.

São Paulo, 06 de março de 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2018	31.12.2017	Passivo	Nota	31.12.2018	31.12.2017
Circulante.....		<u>2.580.851</u>	<u>3.588.848</u>	Circulante.....		<u>2.213.940</u>	<u>3.565.394</u>
Disponibilidades.....	4	<u>31.388</u>	<u>6.086</u>	Depósitos.....		<u>501.939</u>	<u>920.721</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....		<u>542.765</u>	<u>1.857.291</u>	Depósitos interfinanceiros.....	11 a	10.005	164.706
Aplicações no mercado aberto.....	5	542.765	1.585.597	Depósitos a prazo.....	11 a	491.934	756.015
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	5	-	271.694	Captações no mercado aberto.....		<u>1.569.325</u>	<u>2.527.007</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....		<u>1.855.889</u>	<u>1.587.234</u>	Carteira própria.....	11 a	1.108.089	954.226
Carteira própria.....	6 a	816.319	384.494	Carteira livre movimentação.....	11 a	461.236	1.572.781
Vinculados a compromissos de recompra.....	6 a	799.058	1.057.135	Recursos de aceites e emissão de títulos.....		<u>42.238</u>	<u>65.214</u>
Vinculados à prestação de garantias.....	6 a	202.842	105.225	Recursos de letras financeiras, crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário.....	11 a	41.837	64.374
Instrumentos financeiros derivativos.....	7 a	37.670	40.380	Certificados de Operações Estruturadas.....	11 a	401	840
Operações de crédito.....		<u>100.528</u>	<u>74.359</u>	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais.....		<u>20.457</u>	<u>24.195</u>
Operações de crédito - Setor privado.....	8 a	106.749	109.711	BNDES.....	11 a	20.121	17.786
Provisões para créditos de liquidação duvidosa ...	8 b	(6.221)	(35.352)	FINAME.....	11 a	336	6.409
Outros créditos.....		<u>47.680</u>	<u>59.581</u>	Instrumentos financeiros derivativos.....		<u>15.066</u>	<u>11.782</u>
Créditos por avais e fianças honrados.....		-	33.795	Instrumentos financeiros derivativos.....	7 a	15.066	11.782
Carteira de câmbio.....		46	-	Outras obrigações.....		<u>64.915</u>	<u>16.475</u>
Rendas a receber.....		6.029	973	Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes.....		1	2
Negociação e intermediação de valores.....	9 a	4.614	14.563	Carteira de câmbio.....		46	-
Diversos.....	9 b	36.991	44.045	Sociais e estatutárias.....		29.325	3.825
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa.....	8 b	-	(33.795)	Fiscais e previdenciárias.....	9 c	7.525	1.784
Outros valores e bens.....		<u>2.601</u>	<u>4.297</u>	Negociação e intermediação de valores.....	9 a	2.961	874
Despesas antecipadas.....		2.601	4.297	Diversas.....	9 d	25.057	9.990
Realizável a longo prazo.....		<u>1.218.792</u>	<u>1.107.447</u>	Exigível a longo prazo.....		<u>1.376.389</u>	<u>777.877</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....		<u>123.978</u>	<u>79.304</u>	Depósitos.....		<u>155.397</u>	<u>206.180</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	5	123.978	79.304	Depósitos a prazo.....	11 a	155.397	206.180
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....		<u>579.477</u>	<u>500.843</u>	Captações no mercado aberto.....		<u>72.120</u>	<u>86.979</u>
Carteira própria.....	6 a	140.103	247.982	Carteira própria.....	11 a	72.120	86.979
Vinculados a compromissos de recompra.....	6 a	424.328	18.852	Recursos de aceites e emissão de títulos.....		<u>680.398</u>	<u>47.169</u>
Vinculados à prestação de garantias.....	6 a	6.030	224.421	Recursos de letras financeiras, de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário.....	11 a	680.398	47.169
Instrumentos financeiros derivativos.....	7 a	9.016	9.588	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais.....		<u>181.174</u>	<u>199.695</u>
Operações de crédito.....		<u>191.488</u>	<u>254.634</u>	BNDES.....	11 a	181.174	199.314
Operações de crédito - Setor privado.....	8 a	196.267	273.054	FINAME.....	11 a	-	381
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	8 b	(4.779)	(18.420)	Instrumentos financeiros derivativos.....		<u>145.993</u>	<u>99.085</u>
Outros créditos.....		<u>323.678</u>	<u>271.701</u>	Instrumentos financeiros derivativos.....	7 a	145.993	99.085
Rendas a receber.....		-	1.883	Outras obrigações.....		<u>141.307</u>	<u>138.769</u>
Diversos.....	9 b	323.915	270.020	Fiscais e previdenciárias.....	9 c	18.709	25.246
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa.....	8 b	(237)	(202)	Diversas.....	9 d	122.598	113.523
Outros valores e bens.....		<u>171</u>	<u>965</u>	Resultado de exercícios futuros.....		<u>1.023</u>	<u>784</u>
Despesas antecipadas.....		171	965	Rendas antecipadas.....		1.023	784
Permanente.....		<u>292.743</u>	<u>176.006</u>	Patrimônio líquido.....		<u>501.034</u>	<u>528.246</u>
Investimentos.....		<u>276.392</u>	<u>156.813</u>	Capital - De domiciliados no País.....	12 a	420.000	420.000
Participações em controladas - no País.....	10	271.185	146.834	Reservas de lucros.....		79.682	203.503
Outros investimentos.....	10	5.207	9.979	Ajustes de avaliação patrimonial.....		1.352	(626)
Imobilizado de uso.....		<u>8.873</u>	<u>10.274</u>	Prejuízos acumulados.....		-	(94.631)
Outras imobilizações de uso.....		16.845	17.446	Total do passivo e patrimônio líquido.....		<u>4.092.386</u>	<u>4.872.301</u>
Depreciações acumuladas.....		(7.972)	(7.172)				
Intangível.....		<u>7.478</u>	<u>8.919</u>				
Ativos intangíveis.....		10.552	10.773				
Amortização acumulada.....		(3.074)	(1.854)				
Total do ativo.....		<u>4.092.386</u>	<u>4.872.301</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**
(Em milhares de Reais, exceto o lucro (prejuízo) do semestre/exercício por ação)

	Exercícios findos		
	2º semestre	em 31 de dezembro	
	Nota	2018	2017
Receitas da intermediação financeira	564.515	1.184.285	699.512
Operações de crédito	16.601	36.703	46.828
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	497.285	1.179.516	506.314
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	50.454	(31.890)	143.557
Resultado de operações de câmbio	175	(44)	2.813
Despesas da intermediação financeira	(510.713)	(1.164.421)	(792.102)
Operações de captação no mercado	(522.010)	(1.163.554)	(702.291)
Operações de empréstimos e repasses	(8.237)	(16.650)	(18.825)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8 c	19.534	(70.986)
Resultado bruto da intermediação financeira	53.802	19.864	(92.590)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(25.074)	(53.852)	(79.836)
Receitas de prestação de serviços	17 b	14.469	29.943
Despesas de pessoal	(25.958)	(50.263)	(57.744)
Outras despesas administrativas	17 c	(12.423)	(24.222)
Despesas tributárias	17 d	(3.511)	(8.453)
Resultado de participações em controladas	10	3.768	8.658
Outras receitas operacionais	17 e	140	493
Outras despesas operacionais	17 f	(1.559)	(10.008)
Resultado operacional	28.728	(33.988)	(172.426)
Resultado não operacional	(3.994)	(4.433)	10
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	24.734	(38.421)	(172.416)
Imposto de renda e contribuição social	(16.690)	39.481	81.842
Provisão para imposto de renda	13 a	1.533	4.949
Provisão para contribuição social	13 a	1.343	2.171
Ativo fiscal diferido	13 b	(19.566)	32.361
Participações no lucro	-	-	(1.579)
Lucro (Prejuízo) do semestre/exercício	8.044	1.060	(92.153)
Número de ações	12 a	127.338.665	127.338.665
Lucro (prejuízo) do semestre/exercício por ação - R\$	0,06	0,01	(0,72)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**
(Em milhares de Reais)

	Exercícios findos		
	2º semestre	em 31 de dezembro	
	2018	2018	2017
Atividades operacionais	8.044	1.060	(92.153)
Lucro (prejuízo) do semestre/exercício	8.044	1.060	(92.153)
Ajustes ao lucro (prejuízo)	6.885	(29.271)	83.178
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.534)	(15.783)	70.986
Depreciação e amortização	1.933	3.855	5.056
Resultado de participações em controladas	(3.768)	(8.658)	(1.608)
Imposto de renda e contribuição social	16.690	(39.481)	(81.842)
Outras provisões operacionais	11.643	33.026	90.128
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(79)	(2.230)	458
Variações em ativos e passivos	(832.094)	(258.995)	(570.195)
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	393.913	843.276	338.168
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	495.777	(366.398)	2.787.471
Redução (aumento) em operações de crédito	27.799	52.795	74.541
Redução (aumento) em outros créditos	18.375	(7.750)	11.091
Redução (aumento) em outros valores e bens	2.281	2.490	6.201
Aumento (redução) em depósitos	(209.725)	(469.565)	(703.499)
Aumento (redução) em captações no mercado aberto	(1.843.284)	(972.541)	(3.052.881)
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	304.899	610.253	26.365
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(9.717)	(22.259)	(20.753)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos	(33.007)	50.192	13.072
Aumento (redução) em outras obrigações	20.204	23.283	(48.019)
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros	391	239	86
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(3.010)	(2.038)
Caixa líquido originado/(aplicado) em atividades operacionais	(817.165)	(287.206)	(579.170)
Atividades de investimentos	(739)	(116.298)	(2.956)
Aumento de capital em participações em controladas	-	(115.286)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(746)	(1.266)	(3.161)
Alienação de imobilizados de uso	35	282	205
Aquisição de ativos intangíveis	(28)	(28)	-
Caixa líquido originado/(aplicado) em atividades de investimento	(739)	(116.298)	(2.956)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	79	2.230	(458)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(817.825)	(401.274)	(582.584)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.391.978	975.427	1.558.011
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	574.153	574.153	975.427
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(817.825)	(401.274)	(582.584)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	
		Capital	Legal	Para Expansão		acumulados	Total
Patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2017		420.000	31.042	172.461	(2.194)	-	621.309
Ajustes de exercícios anteriores	9 e	-	-	-	-	(2.478)	(2.478)
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis para Venda	6 b	-	-	-	1.568	-	1.568
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(92.153)	(92.153)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017		420.000	31.042	172.461	(626)	(94.631)	528.246
Realização de reservas	12 c	-	-	(123.821)	-	123.821	-
Juros sobre capital próprio declarados	12 b	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis para Venda	6 b	-	-	-	1.978	-	1.978
Outros eventos		-	-	-	-	(250)	(250)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.060	1.060
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018		420.000	31.042	48.640	1.352	-	501.034
Patrimônio líquido em 01 de julho de 2018		420.000	31.042	172.461	(6.849)	(101.865)	514.789
Realização de reservas	12 c	-	-	(123.821)	-	123.821	-
Juros sobre capital próprio declarados	12 b	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis para Venda	6 b	-	-	-	8.201	-	8.201
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	8.044	8.044
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018		420.000	31.042	48.640	1.352	-	501.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (Banco) é uma empresa controlada direta do Haitong Bank S.A., com sede em Lisboa (Portugal), sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação de instituições controladas (Corretora e Distribuidora), integrantes do sistema financeiro. Como parte da estratégia de negócios, mantivemos as atividades do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. - Cayman Branch, cujos ativos totais e patrimônio líquido totalizavam US\$ 37.573 mil (2017 US\$ 125.099 mil) e US\$ 18.960 mil (2017 US\$ 98.806 mil), respectivamente.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco, incluindo sua dependência no exterior, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para o registro contábil das operações, associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 06.03.2019. As demonstrações financeiras da dependência no exterior foram ajustadas às práticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, bem como, foram convertidas para reais de acordo com a taxa de câmbio da moeda local. Essas demonstrações financeiras foram consolidadas nas demonstrações financeiras do Banco. Os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre o Banco e sua dependência no exterior foram eliminados, quando aplicável.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns pronunciamentos contábeis e suas interpretações foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram: **a)** Resolução nº 3566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01), **b)** Resolução nº 3604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03), **c)** Resolução nº 3750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05), **d)** Resolução nº 3823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25), **e)** Resolução nº 3973/11 - Evento Subsequente (CPC 24), **f)** Resolução nº 3989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10), **g)** Resolução nº 4007/11 - Evidenciação de Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificações de Erros (CPC 23), **h)** Resolução nº 4144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1), **i)** Resolução nº 4424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33), **j)** Resolução nº 4524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, **k)** Resolução nº 4534/16 - Ativo intangível (CPC 04), e **l)** Resolução nº 4535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27). Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a.** As receitas e as despesas foram apropriadas pelo regime de competência.
- b.** Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos e, se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular BACEN nº 3068 (vide nota nº 6 "b"):
- b.1)** Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- b.2)** Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- b.3)** Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos de provisão, quando aplicável, em contrapartida ao resultado do período.
- c.** O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com intuito de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e de taxas de juros, utilizando-se para tal dos instrumentos disponíveis no B3 e no mercado de balcão. Esses instrumentos financeiros derivativos são avaliados a valor de mercado, em conformidade com Circular BACEN nº 3082 (vide nota nº 7 "a"). Os instrumentos financeiros derivativos (instrumentos de hedge) utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros (itens objeto de hedge) são considerados como instrumentos de proteção (operação de hedge) e, quando da contratação da operação, são classificados na categoria "hedge de risco de mercado" (vide nota nº 7 "c"). Adicionalmente, desde o início da operação e de maneira continuada, o Banco documenta se o instrumento de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor de mercado do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge. A operação de hedge é descontinuada quando o Banco cancela ou não se qualifica mais como hedge ou o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado. Os ganhos e perdas decorrentes das mudanças no valor de mercado dos instrumentos de hedge e dos itens objeto de hedge são registrados em contas de receitas e despesas no resultado.
- d.** As operações de crédito foram classificadas de acordo com o julgamento da Administração em nove níveis de risco, levando em consideração a análise dos clientes e garantias, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682. Após 60 dias, as rendas das operações vencidas somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" (risco máximo), após 6 meses, são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando a atual conjuntura econômica e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682 (vide nota 8 "b").
- e.** Redução do valor recuperável (*impairment*) - É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor da contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo semestralmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.
- f.** Ativo permanente: demonstrado pelo custo, combinado com os seguintes aspectos:
- As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota nº 10).
 - Depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: 20% para sistemas de processamento de dados e veículos e 10% para móveis e equipamentos.
 - Intangível, representados por direito de uso de softwares, sendo sua amortização calculada pelo método linear durante o prazo do contrato.
- g.** Os passivos circulante e exigível a longo prazo incluem os passivos conhecidos e calculáveis acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base *pro rata* dia) e cambiais incorridos, quando aplicável.
- h.** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 (vide nota 14), o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3823, sendo:
- **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
 - **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
 - **Obrigações Legais:** Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

- i. As provisões para imposto de renda (IRPJ), contribuição social (CSLL), PIS e COFINS são calculadas às alíquotas de 15%, acrescidas de 10% acima de determinado limite, 15%, 0,65% e 4%, respectivamente, considerando para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada encargo (vide nota nº 13 "a" para IRPJ e CSLL). A Lei nº 13.169/15, alterou a Lei nº 7.689/88, elevando a alíquota da contribuição social para 20% referente ao período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota voltou a ser de 15%. Também é observada a prática contábil de constituição de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias às mesmas alíquotas vigentes utilizadas para constituição de provisão (vide nota nº 13 "b"). Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
- j. Garantias financeiras prestadas: as perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculadas a garantias prestadas foram avaliadas de acordo com a natureza da obrigação prestada, na experiência passada, nas expectativas futuras e na política de avaliação de risco da Administração. Essa avaliação é revista pelo menos semestralmente. A provisão para garantias prestadas foi constituída em montante suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada, sendo registrada em adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período. A adoção desses procedimentos teve os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017, sendo o registro da provisão constituída sobre a aplicação inicial realizado em contrapartida à conta de lucros acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários, de acordo com a Resolução CMN nº 4512 (vide nota nº 9 "e").
- k. As demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, incluem algumas contas cujos valores são determinados por estimativas baseadas na experiência passada, ambiente legal e de negócios, probabilidade de ocorrência de eventos sujeitos ou não ao controle da Administração, etc.. Essas estimativas são revistas pelo menos semestralmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem dos futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Conforme Resolução CMN nº 3604, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias. O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2018	2017
Disponibilidades.....	31.388	6.086
- Aplicações no mercado aberto - posição bancada.....	137.434	-
- Aplicações no mercado aberto - posição vendida.....	405.331	697.647
- Aplicações em moeda estrangeira.....	-	271.694
Aplicações interfinanceiras de liquidez - Total.....	542.765	969.341
Total.....	574.153	975.427

5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31.12.2018				31.12.2017	
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor contábil	Valor de custo
- L.T.N.....	137.434	-	-	-	137.434	137.434
Aplicações no mercado aberto - posição bancada.....	137.434	-	-	-	137.434	137.434
- L.T.N.....	103.454	-	-	-	103.454	103.454
- N.T.N.-B.....	-	-	-	-	-	30.312
- N.T.N.-F.....	301.877	-	-	-	301.877	301.877
Aplicações no mercado aberto - Posição Vendida.....	405.331	-	-	-	405.331	405.331
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	-	123.978	-	123.978	123.978
Aplicações em moeda estrangeira.....	-	-	-	-	-	271.694
Total em 31.12.2018 - R\$.....	542.765	123.978	123.978	100,0%	666.743	666.743
- %.....	81,4%	0,0%	18,6%	0,0%	100,0%	100,0%
Total em 31.12.2017 - R\$.....	969.341	887.950	79.304	100,0%	1.936.595	1.936.595
- %.....	50,0%	45,9%	0,0%	4,1%	100,0%	100,0%

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Composição da carteira

Títulos	2018			2017		
	Livres	Vinculadas	Total	Livres	Vinculadas	Total
L.F.T.....	-	204.496	204.496	94.533	429.732	524.265
L.T.N.....	101.889	176.913	278.802	220.514	666.540	887.054
N.T.N.-B.....	13.999	168.239	182.238	27.663	164.551	192.214
N.T.N.-F.....	709.538	766.932	1.476.470	21.459	-	21.459
Debêntures.....	80.678	20.232	100.910	161.127	28.784	189.911
Fundos de investimentos.....	31.936	-	31.936	19.416	-	19.416
Aplicações em T.V.M. no exterior.....	18.382	95.446	113.828	16.810	116.026	132.836
Notas promissórias.....	-	-	-	70.047	-	70.047
Certificado de recebíveis do agronegócio.....	-	-	-	907	-	907
Total.....	956.422	1.432.258	2.388.680	632.476	1.405.633	2.038.109

b. Classificação da carteira por categoria

Títulos	Sem vencimento	2018				2017				
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor de custo	Valor contábil	Valor de custo
L.F.T.....	-	-	-	49.402	-	155.094	204.496	204.340	524.265	523.390
L.T.N.....	-	-	-	49.867	56.939	-	106.806	104.852	826.018	821.563
N.T.N.-B.....	-	-	-	2.543	-	-	2.543	2.503	28.830	28.691
N.T.N.-F.....	-	-	-	-	766.458	710.012	1.476.470	1.378.723	21.459	21.526
Fundos de investimentos.....	23.775	-	-	-	-	-	23.775	23.775	11.984	11.984
Total - Negociação (b.1).....	23.775	-	-	101.812	823.397	865.106	1.814.090	1.714.193	1.412.556	1.407.154
L.T.N.....	-	-	-	124.475	47.521	-	171.996	169.713	61.036	60.979
N.T.N.-B.....	-	-	-	-	179.695	-	179.695	179.660	163.384	164.002
Debêntures.....	-	-	3.484	40.474	42.544	14.408	100.910	101.773	174.876	175.561
Fundos de investimentos.....	-	-	-	8.161	-	-	8.161	8.161	7.432	7.432
Certificado de recebíveis do agronegócio.....	-	-	-	-	-	-	-	-	907	911
Aplicações em T.V.M. no exterior.....	-	-	-	-	-	-	-	-	1.258	1.258
Notas promissórias.....	-	-	-	-	-	-	-	-	70.047	70.066
Total - Disponíveis para venda (b.2).....	-	-	3.484	173.110	269.760	14.408	460.762	459.307	478.940	480.209
Debêntures.....	-	-	-	-	-	-	-	-	15.035	15.035
Aplicações em T.V.M. no exterior.....	-	-	-	3.833	109.995	-	113.828	113.828	131.578	131.578
Total - Mantidos até o vencimento (b.3).....	-	-	-	3.833	109.995	-	113.828	113.828	146.613	146.613
Total em 2018 - R\$.....	23.775	-	3.484	278.755	1.203.152	879.514	2.388.680	2.287.328	-	-
- %.....	1,0%	-	0,1%	11,7%	50,4%	36,8%	100,0%	-	-	-
Total em 2017 - R\$.....	34.451	39.412	294.438	888.785	720.809	60.214	-	-	2.038.109	2.033.976
- %.....	1,7%	1,9%	14,4%	43,6%	35,4%	3,0%	-	-	100,0%	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

O valor de mercado dos títulos em carteira baseia-se em coletas de preços junto ao mercado na data do balanço. Caso não haja liquidez ou cotação de preços para calcular o valor de mercado de determinado título, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação ou cotações de preços para títulos com características semelhantes.

- b.1.** “Títulos para negociação”: O ajuste positivo a valor de mercado dos títulos no montante de R\$ 99.897 (2017 R\$ 5.402), obtido entre os valores de custo R\$ 1.714.193 (2017 R\$ 1.407.154) e de mercado R\$ 1.814.090 (2017 R\$ 1.412.556), foi registrado em conta adequada do resultado.
- b.2.** “Títulos disponíveis para venda”: O ajuste positivo a valor de mercado dos títulos no montante de R\$ 1.455 (2017 ajuste negativo R\$ 1.269), obtido entre os valores de custo R\$ 459.307 (2017 R\$ 480.209) e de mercado R\$ 460.762 (2017 R\$ 478.940), foi registrado em conta adequada de patrimônio líquido, líquido dos tributos. Os valores de custo e de mercado das debêntures e das aplicações em TVM no exterior foram deduzidos de provisão para valor recuperável de R\$ 43.188 (2017 R\$ 42.633).
- b.3.** “Títulos mantidos até o vencimento”: registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos de provisão para valor recuperável de R\$ zero (2017 R\$ 80.014), em contrapartida ao resultado do período. O valor de mercado desses títulos na data do balanço totalizava R\$ 111.901 (2017 R\$ 163.115).

7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a. Derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, a termo, opções e de swap, registrados na B3, na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e na Central Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), envolvendo taxas pré-fixadas, mercado interfinanceiro (DI), variação cambial ou índice de preços, conforme demonstrado abaixo:

	2018			2017		
	Valores de mercado		Valores de custo	Valores de mercado		Valores de custo
	Valores referenciais	Exposição líquida ativa/passiva	Exposição líquida ativa/passiva	Valores referenciais	Exposição líquida ativa/passiva	Exposição líquida ativa/passiva
PRÉ.....	1.237.565	5.455	3.587	9.600	(1.125)	(1.337)
CDI.....	1.938.455	(147.190)	(119.160)	1.821.223	(57.600)	(52.244)
DÓLAR.....	2.027.231	29.705	33.777	1.231.181	7.025	14.561
Swaps.....	5.203.251	(112.030)	(81.796)	3.062.004	(51.700)	(39.020)
DÓLAR.....	102.725	(658)	(650)	147.365	(8.213)	(7.932)
Termo de moedas.....	102.725	(658)	(650)	147.365	(8.213)	(7.932)
Compra de opção de compra - Ações.....	18.456	575	499	1.743	34	36
Compra de opção de venda - Ações.....	456	5	7	-	-	-
DÓLAR.....	21.983	(2.043)	(2.192)	18.987	(1.001)	(1.714)
AÇÕES.....	19.000	(214)	(131)	-	-	-
AÇÕES - COE.....	384	(8)	(30)	859	(19)	(63)
Venda de opção de compra.....	41.367	(2.265)	(2.353)	19.846	(1.020)	(1.777)
Total instrumentos financeiros derivativos (Ativo - Passivo).....	5.366.255	(114.373)	(84.293)	3.230.958	(60.899)	(48.693)
DAP.....	14.287	(7)	(7)	-	-	-
DI.....	5.561.303	(1.392)	(1.392)	6.188.071	5.641	5.641
DDI.....	2.738.237	(2.463)	(2.463)	3.191.056	(694)	(694)
DÓLAR.....	312.075	810	810	841.036	1.534	1.534
Futuros - Compras e vendas.....	8.625.902	(3.052)	(3.052)	10.220.163	6.481	6.481

Os prêmios/diferenciais a receber e a pagar das operações de opções, termo e swaps e os ajustes diários a receber e a pagar das operações de futuros estão ajustados ao seu valor de mercado e são registrados em contas patrimoniais de “Instrumentos financeiros derivativos” e de “Negociação e intermediação de valores”, respectivamente e, os valores de referência dessas operações registrados em contas de compensação.

Para a obtenção dos valores de mercado o Banco adotou os seguintes critérios: operações de futuros utilizam-se cotações em bolsa, operações de opções utilizam-se modelos próprios de precificação baseando-se em parâmetros de mercado e para operações a termo e de swaps estimam-se o fluxo de caixa futuro de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme curvas de correção, que refletem os fatores de risco adequados, sendo principalmente com base nos preços da B3.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada em razão da liquidação financeira diária. Os contratos de Swaps proporcionam risco de crédito no caso de a contraparte não ter a capacidade ou a disposição para cumprir suas obrigações contratuais. Em 31.12.2018 a exposição total de risco de crédito em swaps de que trata o artigo 1º item III da Circular BACEN nº 2.770 totalizava R\$ 397.583 (2017 R\$ 421.896).

b. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por prazos de vencimento:

	Até	De 3 a	De 1 a	De 3 a	Acima de	Total	Total
	3 meses	12 meses	3 anos	5 anos	5 anos	2018	2017
Swaps (a).....	(3.133)	26.923	(135.820)	-	-	(112.030)	(51.700)
Termo de moedas (a).....	33	(691)	-	-	-	(658)	(8.213)
Opções (a).....	146	(674)	(1.157)	-	-	(1.685)	(986)
Total em 31.12.2018.....	(2.954)	25.558	(136.977)	-	-	(114.373)	-
Total em 31.12.2017.....	(8.859)	37.456	(89.496)	-	-	-	(60.899)
Futuros em 31.12.2018 (b).....	689.199	2.127.670	4.179.633	1.389.755	239.645	8.625.902	-
Futuros em 31.12.2017 (b).....	1.458.393	2.908.549	4.089.052	818.169	946.000	-	10.220.163

(a) valores de exposição líquida e (b) valores de referência.

c. Derivativos utilizados como instrumentos de hedge de risco de mercado:

Em 31.12.2018, o Banco não possuía operação de hedge contábil de risco de mercado. Em 2017, a operação de hedge existente tinha por objetivo compensar riscos da exposição à variação no valor de mercado entre a variação acumulada da taxa de juros DI e da taxa de juros prefixadas contratadas nas aplicações compromissadas:

Objeto de hedge	Risco	2017				%	
		Valor de mercado		Variação no valor de mercado			
		Instrumento de hedge	Objeto de hedge	Instrumento de hedge	Objeto de hedge		
Aplicações em compromissadas (a).....	Pré	Futuros	1.581.727	1.585.597	8.912	8.934	99,8%

a) Em 2017, o ajuste positivo a valor de mercado das aplicações em compromissadas objeto de hedge totalizou R\$ 1.385 e encontrava-se registrado no grupo de “Aplicações no mercado aberto” (vide nota 5).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

8 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Na data do balanço, a carteira de crédito atingiu R\$ 326.759 (2017 R\$ 436.829). Se incluído o saldo de R\$ 265.809 (2017 R\$ 245.284) de fianças prestadas, registradas em contas de compensação, a carteira totalizaria R\$ 592.568 (2017 R\$ 682.113).

a. Composição da carteira por atividade econômica e por prazos de vencimento:

	Parcelas a vencer					Parcelas vencidas		Total 2018	Total 2017
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Até 12 meses	Após 12 meses		
Empréstimos - Indústria.....	162	838	1.676	1.676	65	-	-	4.417	24.982
Empréstimos - Comércio.....	-	-	-	-	-	-	-	-	128
Empréstimos - Outros serviços.....	51.639	1.391	-	-	-	-	5.463	58.493	93.734
Financiamentos - Indústria.....	4.998	8.165	20.127	17.079	91.273	-	-	141.642	149.812
Financiamentos - Outros serviços.....	2.725	6.930	19.503	18.803	26.065	-	-	74.026	88.000
Financiamentos à exportação - Indústria.....	24.438	-	-	-	-	-	-	24.438	26.109
Total - Operações de Crédito.....	83.962	17.324	41.306	37.558	117.403	-	5.463	303.016	382.765
Fianças honradas - Outros serviços.....	-	-	-	-	-	-	-	-	33.795
Créditos decorrentes de contratos de exportação - Indústria.....	25	-	-	2.372	21.346	-	-	23.743	20.269
Total - Outros créditos - Diversos (nota 9 "b").....	25	-	-	2.372	21.346	-	-	23.743	54.064
Total em 31.12.2018 - R\$.....	83.987	17.324	41.306	39.930	138.749	-	5.463	326.759	-
- %.....	25,7%	5,3%	12,6%	12,2%	42,5%	0,0%	1,7%	100,0%	-
Total em 31.12.2017 - R\$.....	14.964	59.851	99.779	36.783	156.740	68.712	-	-	436.829
- %.....	3,4%	13,7%	22,9%	8,4%	35,9%	15,7%	-	-	100,0%

b. Classificação da carteira de crédito por níveis de risco:

A Resolução CMN nº 2.682 introduziu os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais baseiam-se em sistemas de avaliação de risco de clientes e operações. A seguir, demonstramos a composição da carteira de crédito e a provisão para créditos de liquidação duvidosa mínima exigida nos correspondentes níveis de risco conforme estabelecido na referida Resolução:

Níveis de risco	%	2018					2017				
		Saldo da carteira			Provisão		Saldo da carteira			Provisão	
		Parcelas a vencer	Parcela vencida	Total	Mínima exigida	Contábil	Parcelas a vencer	Parcela vencida	Total	Mínima exigida	Contábil
AA.....		88.198	-	88.198	-	-	80.497	-	80.497	-	-
A.....	0,5	143.286	-	143.286	716	716	172.225	-	172.225	861	861
B.....	1,0	75.469	-	75.469	755	755	20.270	-	20.270	203	203
C.....	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D.....	10,0	-	-	-	-	-	40.776	-	40.776	4.078	4.078
E.....	30,0	14.343	-	14.343	4.303	4.303	54.350	-	54.350	16.305	16.305
F.....	50,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
G.....	70,0	-	-	-	-	-	-	7.963	7.963	5.574	5.574
H.....	100,0	-	5.463	5.463	5.463	5.463	-	60.748	60.748	60.748	60.748
Total.....		321.296	5.463	326.759	11.237	11.237	368.118	68.711	436.829	87.769	87.769

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Em 31.12.2017 a provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizava R\$ 87.769, sendo movimentada no decorrer do exercício por: a) complemento R\$ 214 (2017 R\$ 71.022), b) reversão R\$ 15.998 (2017 R\$ 35), c) baixa de operações de crédito R\$ 60.748 (2017 R\$ 1.903) e d) variação cambial negativa R\$ zero (2017 R\$ 38), atingindo o saldo de R\$ 11.237 em 31.12.2018, correspondente a 3,4% (2017 14,5%) da carteira de crédito. Em 2018 ocorreram recuperações de créditos no montante de R\$ 551 (2017 R\$ zero) e o saldo das operações renegociadas totalizou R\$ 24.438 (2017 R\$ 51.100).

d. Concentração da carteira de crédito (incluem fianças prestadas - vide nota 9 "e"):

	2018		2017	
	Montante	%	Montante	%
• Maior devedor.....	137.346	23,2%	143.573	21,0%
• 10 maiores devedores.....	522.213	88,1%	575.636	84,4%
• 20 maiores devedores.....	592.481	99,9%	672.501	98,6%
• Total da carteira.....	592.568	100,0%	682.113	100,0%

9 OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a. Outros créditos - Negociação e intermediação de valores (Ativo): representado por depósitos em garantia realizados em bancos no exterior R\$ 4.614 (2017 R\$ 8.082) e pelas operações com ativos financeiros realizados na B3 (vide nota nº 7 "a") no valor de R\$ zero (2017 R\$ 6.481) cujas liquidações ocorrem até o terceiro dia útil subsequente à data do balanço. **Outras obrigações - Negociação e intermediação de valores (Passivo):** representado pelas operações com ativos financeiros realizados na B3 (vide nota nº 7 "a") no valor de R\$ 2.961 (2017 R\$ 874) cujas liquidações ocorrem até o terceiro dia útil subsequente à data do balanço.

b. Outros créditos - Diversos: compostos por créditos decorrentes de contratos de exportação (vide nota nº 8 "a") R\$ 23.743 (2017 R\$ 20.269), créditos tributários de impostos e contribuições (vide nota 13 "b") R\$ 202.869 (2017 R\$ 171.080), devedores por depósitos em garantia (vide nota nº 14 "a") R\$ 123.830 (2017 R\$ 113.642), impostos e contribuições a compensar R\$ 9.207 (2017 R\$ 7.903) e adiantamentos, pagamentos a ressarcir e devedores diversos R\$ 1.257 (2017 R\$ 1.171).

c. Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias: compostas por provisões para imposto de renda e para contribuição social diferidas calculadas sobre o ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos e receita não tributável de atualização dos depósitos judiciais (vide nota nº 13 "b") R\$ 18.709 (2017 R\$ 25.247) e impostos e contribuições a recolher R\$ 7.525 (2017 R\$ 1.783).

d. Outras obrigações - Diversas: compostas por provisão para riscos fiscais (vide nota nº 14 "a") R\$ 122.598 (2017 R\$ 113.497), provisão para pagamentos a efetuar R\$ 8.303 (2017 R\$ 4.038), provisão para passivos trabalhistas (vide nota nº 14 "b.2") R\$ 1.013 (2017 R\$ zero), provisão para garantias financeiras prestadas (vide nota 9 "e") R\$ 3.181 (2017 R\$ 3.500) e credores diversos - país R\$ 12.560 (2017 R\$ 2.478).

e. Garantias financeiras prestadas: A Resolução CMN nº 4512 de 28.07.2016 regulamentou sobre a avaliação de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculadas a garantias financeiras prestadas, bem como, sobre a constituição e registro de provisão suficiente para cobertura dessas prováveis perdas a serem aplicados de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2017. Em 31.12.2017 a provisão totalizava R\$ 3.500, sendo revertida contra o resultado a parcela de R\$ 319, atingindo o saldo de R\$ 3.181 em 31.12.2018, correspondente a 1,2% da carteira de fianças prestadas (R\$ 265.809).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

10 INVESTIMENTOS

Composta por participações em controladas R\$ 271.185 (2017 R\$ 146.834) e por outros investimentos R\$ 5.207 (2017 R\$ 9.979), representados basicamente por ações de empresa de capital fechado.

	Haitong Securities do Brasil CCVM S.A.	Haitong do Brasil DTVM S.A. (a)	Haitong do Brasil Participações Ltda.	Haitong Negócios S.A. (b)	Total
Capital social	100.000	51.900	40.780	54.090	
Patrimônio líquido.....	92.739	37.521	55.665	85.260	
Lucro no exercício	3.490	1.068	1.600	2.500	
Quantidade de ações possuídas - ON	12.809.890	3.503.519.702	–	25.281.790	
Quantidade de ações possuídas - PN	12.528.520	–	–	–	
Quantidade de quotas possuídas.....	–	–	40.779.891	–	
% Participação.....	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Resultado de equivalência patrimonial:					
• Exercício 2018	3.490	1.068	1.600	2.500	8.658
• Exercício 2017	1.886	(354)	76	–	1.608
Valor contábil dos investimentos:					
• em 31.12.2018.....	92.739	37.521	55.665	85.260	271.185
• em 31.12.2017.....	88.842	3.928	54.064	–	146.834

(a) Em 26.01.2018 foi realizado aumento do capital social no montante de R\$ 32.525 mediante a emissão de 3.126.027.866 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, sendo integralizadas à vista, no ato da subscrição. Esse aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 06.02.2018.

(b) Em 18.01.2018, o Banco adquiriu a totalidade das ações no capital social da Haitong Negócios S.A. de sua controlada Haitong do Brasil Participações Ltda. pelo valor de R\$ 32.671, correspondente ao valor patrimonial das ações em 31.12.2017. Posteriormente, na AGE de 19.01.2018, aumentou o capital da Sociedade no montante de R\$ 50.090 mediante a emissão de 15.301.459 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, sendo integralizadas à vista, no ato da subscrição, com o objetivo de aumentar o seu caixa aplicado.

11 RECURSOS CAPTADOS

a. Composição da carteira por prazos de vencimento:

						2018		2017	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor de custo	Valor contábil	Valor de custo
• Interfinanceiros (a).....	10.005	–	–	–	–	10.005	10.005	164.706	164.706
• A Prazo (b)	240.047	251.887	155.397	–	–	647.331	647.331	962.195	962.195
Depósitos.....	250.052	251.887	155.397	–	–	657.336	657.336	1.126.901	1.126.901
Captações no mercado aberto	1.569.325	–	–	72.120	–	1.641.445	1.641.445	2.613.986	2.613.986
Letras financeiras (c)	5.833	36.004	671.878	8.520	–	722.235	722.235	111.543	111.543
Certificados de operações estruturadas.....	–	401	–	–	–	401	401	840	840
Obrigações para repasses (BNDES) (d).....	7.390	12.731	38.626	35.883	106.665	201.295	201.295	217.100	217.100
Obrigações para repasses (FINAME) (d).....	315	21	–	–	–	336	336	6.790	6.790
Total em 31.12.2018 - R\$.....	1.832.915	301.044	865.901	116.523	106.665	3.223.048	3.223.048	–	–
- %	56,9%	9,3%	26,9%	3,6%	3,3%	100,0%	–	–	–
Total em 31.12.2017 - R\$.....	1.901.481	1.635.656	293.343	122.087	124.593	–	–	4.077.160	4.077.160
- %	46,6%	40,1%	7,2%	3,0%	3,1%	–	–	100,0%	–

Em 31.12.2018 os recursos captados no País possuíam as seguintes características:

- Depósitos interfinanceiros com vencimentos até março de 2019, indexados à variação do DI;
- Depósitos a prazo negociados à taxa prefixada até 19,06% a.a., com vencimentos até novembro de 2020 e indexados à variação do DI com vencimentos até dezembro de 2020;
- Letras financeiras emitidas com vencimento até maio de 2023, basicamente indexadas à variação do DI e IPCA; e
- Obrigações para repasses (BNDES) com vencimentos até março 2034 basicamente indexadas à variação da TJLP acrescidas de juros até 2,3% a.a..

b. Concentração dos depósitos (incluem depósitos interfinanceiros e a prazo):

	31.12.2018		31.12.2017	
	Montante	%	Montante	%
• Maior depositante.....	181.159	27,6%	200.436	17,8%
• 10 maiores depositantes	641.026	97,5%	955.475	84,8%
• 20 maiores depositantes	652.061	99,2%	1.084.800	96,3%
• Total de depósitos	657.336	100,0%	1.126.901	100,0%

12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social: o capital social é de R\$ 420.000, representado por 127.338.665 ações nominativas, sendo 63.669.344 ações ordinárias e 63.669.321 ações preferenciais, sem valor nominal.

b. Dividendos: o Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. Para as ações preferenciais é atribuído um dividendo no mínimo 10% superior ao valor atribuído às ações ordinárias, conforme inciso I do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 9.457/97.

Em 2018, os juros sobre o capital próprio totalizaram R\$ 30.000 (2017 R\$ zero), correspondente aos valores brutos de R\$ 0,224373553917587 por ação ON e R\$ 0,246810909309346 por ação PN, sujeitos à incidência de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%. Os juros sobre o capital próprio foram calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) sobre as contas do patrimônio líquido nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995. A adoção do pagamento desses juros sobre capital próprio aumentou o resultado do Banco em R\$ 12.000. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Circular BACEN nº 2739/97 e em atendimento às disposições fiscais.

c. Reservas de Lucros: A “Reserva para Expansão” é constituída com o objetivo de amparar futuros planos de investimentos e será utilizada para compensar prejuízos, quando houver, aumentar o capital social ou pagar dividendos. Do lucro líquido do exercício, 5% se aplicam na constituição da “Reserva Legal”, que não deve exceder 20% do capital. Na data do balanço, a Reserva para expansão foi reduzida no montante de R\$ 123.821 para compensar o saldo remanescente de prejuízos acumulados (R\$ 93.821) e para pagar os juros sobre capital próprio declarados (R\$ 30.000) descritos na nota 12 “b”.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Demonstração de cálculo do imposto de renda e da contribuição social:

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações.....	(38.421)	(38.421)	(172.416)	(172.416)
Adições/(Exclusões) Permanentes e Temporárias.....	(34.497)	(33.383)	175.780	176.440
• Despesas não dedutíveis.....	61.103	60.883	80.729	79.559
• Provisões Indedutíveis.....	(101.458)	(101.458)	78.126	78.126
• Resultado de Controladas no país.....	(8.658)	(8.658)	(1.607)	(1.607)
• Resultado de Filial no exterior.....	(58.345)	(58.345)	(5.574)	(5.574)
• Juros sobre o capital próprio.....	(30.000)	(30.000)	-	-
• Participações no lucro.....	-	-	(1.579)	(1.579)
• Ajuste de TVM e derivativos ao valor de mercado.....	104.195	104.195	27.515	27.515
• Outras adições/(exclusões).....	(1.334)	-	(1.830)	-
Base de cálculo dos encargos.....	(72.918)	(71.804)	3.364	4.024
Total dos encargos devidos no período.....	-	-	(725)	(804)
Constituição de créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa.....	17.950	10.770	-	-
Constituição (Reversão) de créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias.....	11.006	(7.365)	37.271	29.897
Reversão de IRPJ e CSLL Diferidos sobre ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos.....	4.949	2.171	8.340	7.863
IRPJ e CSLL creditados ao Resultado.....	33.905	5.576	44.886	36.956

b. Créditos tributários e provisões diferidas:

Movimentação exercício 2018

	Saldo 31.12.2017	Constituição	Realização e/ou reversão	Saldo em 31.12.2018
Base negativa de CSLL.....	-	10.770	-	10.770
Prejuízo fiscal de IRPJ.....	-	17.950	-	17.950
Provisão para devedores duvidosos.....	39.497	1.501	(36.503)	4.495
Créditos baixados para prejuízo.....	45.170	24.299	(5.239)	64.230
Provisão para riscos de crédito.....	38.960	9.162	(28.525)	19.597
Provisão para fianças prestadas.....	1.574	-	(302)	1.272
Provisão para riscos fiscais.....	44.798	3.640	-	48.438
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos.....	-	31.913	-	31.913
Outros créditos tributários.....	509	4.204	(509)	4.204
Subtotal Créditos Tributários.....	170.508	103.439	(71.078)	202.869
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis para Venda.....	572	-	(572)	-
Total Créditos Tributários.....	171.080	103.439	(71.650)	202.869
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis para Venda.....	-	(582)	-	(582)
Ajuste a valor de mercado de títulos, derivativos e captações no mercado aberto (livre movimentação).....	(8.967)	-	8.967	-
Atualização dos depósitos judiciais.....	(16.280)	(1.847)	-	(18.127)
Total Passivos Diferidos.....	(25.247)	(2.429)	8.967	(18.709)
Total Posição Líquida.....	145.833	101.010	(62.683)	184.160
Movimentação exercício 2017	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Realização e/ou reversão	Saldo em 31.12.2017
Subtotal Créditos Tributários.....	101.312	108.250	(39.054)	170.508
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis para Venda.....	1.796	-	(1.224)	572
Total Créditos Tributários.....	103.108	108.250	(40.278)	171.080
Total Passivos Diferidos (ajuste positivo de valor de mercado de títulos, derivativos e atualização dos depósitos judiciais).....	(41.450)	-	16.203	(25.247)
Total Posição Líquida.....	61.658	108.250	(24.075)	145.833

O saldo de créditos tributários líquido de obrigações fiscais diferidas totalizou R\$ 184.160 (2017 R\$ 145.833) correspondente a 36,7% (2017 27,6%) em relação ao patrimônio líquido:

- Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$ 202.869 (2017 R\$ 171.080), sendo registrado no grupo "Outros Créditos - Diversos" (vide nota 9 "b"). A constituição desses créditos tributários está fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.
- As provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas de R\$ 18.709 (2017 R\$ 25.247) foram calculadas sobre os ajustes positivos de valor de mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos e a receita não tributável de atualização dos depósitos judiciais, sendo registrado na rubrica "Fiscais e Previdenciárias" do grupo "Outras Obrigações" (vide nota 9 "c").

Em 31.12.2018, inexistiam créditos tributários não ativados e o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações diferidas, calculados com base na taxa Selic, monta em R\$ 170.738 (2017 R\$ 135.699).

A Administração estima que a realização desses créditos tributários e a exigibilidade das obrigações diferidas ocorrerá em até 10 anos conforme demonstrado na tabela a seguir:

	Saldos em 31.12.2018				% Realizável (Exigível)	
	Créditos tributários	Obrigações diferidas	Posição líquida	Valor presente	Anual	Acumulado
2019.....	20.696	-	20.696	19.396	11,2%	11,2%
2020.....	14.530	321	14.851	13.738	8,1%	19,3%
2021.....	18.289	(647)	17.642	16.335	9,6%	28,9%
2022.....	68.633	(18.303)	50.330	46.602	27,3%	56,2%
2023.....	19.307	(104)	19.203	17.781	10,4%	66,6%
2024.....	8.838	-	8.838	8.183	4,8%	71,4%
2025.....	11.966	24	11.990	11.102	6,5%	77,9%
2026.....	10.971	-	10.971	10.158	6,0%	83,9%
2027.....	12.541	-	12.541	11.612	6,8%	90,7%
2028.....	17.098	-	17.098	15.831	9,3%	100,0%
Total.....	202.869	(18.709)	184.160	170.738		

14 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O Banco e suas controladas, no curso normal de suas atividades, são partes em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível.

a. Obrigações legais: referem-se a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação na esfera judicial, com destaque para:

a.1) o recolhimento das contribuições ao PIS e à COFINS sobre o faturamento, afastando-se a aplicação do artigo 3º da Lei nº 9.718, que promoveu o indevido alargamento da base de cálculo das referidas contribuições, cuja provisão e depósito judicial correspondente totalizavam R\$ 121.096 (2017 R\$ 111.995) e R\$ 121.257 (2017 R\$ 112.076), respectivamente. Tanto os saldos da obrigação legal como do depósito judicial foram atualizados com base na variação da taxa SELIC.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

Em 31.12.2017 a provisão totalizava R\$ 111.995, sendo complementada no decorrer do exercício por novas obrigações R\$ 4.483 (2017 R\$ 4.241) e por atualização R\$ 4.618 (2017 R\$ 5.844), atingindo o saldo de R\$ 121.096 em 31.12.2018, cujo montante ampara integralmente o risco decorrente dessas obrigações.

a.2) cobrança de supostos créditos tributários de IRPJ, IRRF e PIS, cujos valores foram depositados em juízo para obter certidão positiva, com efeitos de negativa, da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional cujos saldos de provisão e correspondente depósito judicial totalizavam R\$ 1.502 (2017 R\$ 1.502).

Essas obrigações legais encontram-se registradas na rubrica "Provisão para riscos fiscais" do grupo "Outras Obrigações - Diversas" (nota 9 "d") e os depósitos judiciais existentes encontram-se registrados na rubrica "Devedores por Depósitos em Garantia" do grupo "Outros Créditos - Diversos" (nota 9 "b").

b. Passivos contingentes:

b.1) O Banco possuía as seguintes principais contingências que foram avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de "perda possível": **i)** previdenciárias - R\$ 9.108: processos administrativos relativos a incidência de contribuição previdenciária sobre verbas não remuneratórias (períodos de 2008 a 2012); **ii)** fiscais - R\$ 3.781: representados principalmente por processos administrativos relativos à apuração da CSLL nos anos base 2008 e 2015 (R\$ 2.176), cobrança de IRPJ e CSLL sobre a atualização dos títulos patrimoniais da CETIP (R\$ 542) e compensações pleiteadas por PER/DCOMP e não homologadas (R\$ 807); e **iii)** trabalhistas cuja perda máxima atribuída pelos nossos assessores legais totalizava R\$ 6.237, sendo a maioria em início de discussão.

b.2) O Banco possuía uma única contingência de natureza trabalhista avaliada como de "perda provável" cujo processo aguarda a homologação dos valores e a execução final, sendo constituída provisão no valor de R\$ 1.013, registrada na rubrica "Provisão para Passivos Trabalhistas" do grupo "Outras Obrigações - Diversas" (vide nota 9 "d").

b.3) A controlada Haitong Securities do Brasil S.A. - C.C.V.M. possuía contingências fiscais, previdenciárias e trabalhistas, em discussão nas esferas administrativa e judicial, as quais foram avaliadas pelos nossos assessores legais como de "perda possível", representados principalmente por processos fiscais relativos às cobranças de IRPJ e CSLL sobre a atualização dos títulos patrimoniais das Bolsas e da CETIP (R\$ 41.871) e de PIS e COFINS sobre os lucros obtidos nas vendas das ações das Bolsas e da CETIP (R\$ 39.257) e para os processos trabalhistas (R\$ 43.048), sendo a maioria em início de discussão.

15 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a. As operações do Banco são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integralmente nos mercados financeiros e de capitais, e estão assim representadas:

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	2018	2017	2018	2017
Diferencial de "swap" a receber/(a pagar).....	-	-	-	(236)
Haitong Investment Ireland Plc. (Irlanda).....	-	-	-	(236)
Serviços prestados a receber.....	4.528	-	4.532	-
Haitong Bank S.A. (Lisboa).....	4.528	-	4.528	-
Haitong do Brasil D.T.V.M. S.A.	-	-	4	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar.....	(23.460)	(3.060)	-	-
Haitong Bank S.A. (Lisboa).....	(23.460)	(3.060)	-	-
Depósitos interfinanceiros.....	-	(13.609)	(13)	(9)
Haitong Securities do Brasil C.C.V.M. S.A.	-	(13.609)	(13)	(9)
Depósitos a prazo.....	(106.476)	(16.855)	(6.151)	(1.725)
Haitong Negócios S.A.	(57.479)	(4.752)	(3.302)	(571)
Haitong do Brasil Participações Ltda.	(48.997)	(12.103)	(2.849)	(1.154)
Captações no mercado aberto.....	(43.987)	-	(2.492)	(1.724)
Haitong Securities do Brasil C.C.V.M. S.A.	(12.304)	-	(812)	(1.724)
Haitong do Brasil D.T.V.M. S.A.	(31.683)	-	(1.680)	-
(Credores)/Devedores - conta liquidações pendentes	-	-	-	(14)
Haitong Securities do Brasil C.C.V.M. S.A.	-	-	-	(14)

b. Os honorários pagos aos Administradores, considerados "pessoal-chave", totalizaram R\$ 4.666 no exercício de 2018 (2017 R\$ 7.942). O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

16 GERENCIAMENTO DE RISCOS

a. Introdução:

O Haitong Brasil assume claramente que o gerenciamento do risco das suas atividades é um dos seus pilares estratégicos para seu crescimento e desenvolvimento no país e, dessa forma, proteger o capital da instituição e viabilizar a melhor rentabilidade dos seus negócios. Estes objetivos são alcançados através da definição do apetite de risco pelo acionista e suportados por uma estrutura de políticas e procedimentos totalmente aderentes a legislação local, melhores práticas internacionais e integração com o acionista controlador.

b. Tipos de Risco:

- Risco de Mercado:** O risco de mercado, por definição, trata da possibilidade de ocorrência de perdas resultante de flutuações em taxas de juros, preços de ações/commodities, variações cambiais e outros fatores de risco, os quais sensibilizam o valor de mercado de instrumentos detidos pela instituição classificados na carteira trading (negociação). O gerenciamento do risco de mercado é efetuado através de informações diárias à Administração, à Tesouraria e ao controle de riscos na matriz. O monitoramento vale-se dos níveis atuais de exposição perante os limites estabelecidos. São utilizadas as principais métricas usuais de mercado como: VaR (*Value at Risk*), gregos, análise de sensibilidade (PV01) e *Stress Testing*. Complementando a estrutura de acompanhamento de risco de mercado, é reportada diariamente a exigência de capital, conforme normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.
- Risco de Juros da Carteira Banking | IRRBB (*Interest Rate Risk Banking Book*):** Define-se risco de juros na carteira bancária (IRRBB) como risco, atual ou potencial, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. O IRRBB é monitorado no âmbito do Conglomerado Prudencial do Haitong Brasil, considerando todos os itens do balanço classificados na carteira bancária e seus respectivos fatores de risco, através de relatórios que expressam o risco utilizando-se de métricas como PV01 (efeito para oscilação de 1 ponto-base) para os fatores de risco, abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII), e demais critérios dispostos na Circular nº 3.365. Complementando a estrutura de acompanhamento do IRRBB, é reportada diariamente a exigência de capital para esse risco, conforme normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.
- Risco de Crédito:** trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte ou tomador de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. Toda exposição a risco de crédito é aprovada localmente e referendada pela matriz em comitês globais de crédito. A concessão de limites concedidos passa por um processo de atribuição de *rating* aos clientes dos diferentes segmentos de risco e segue metodologia interna global. Complementando o controle dos riscos de crédito, mensalmente são apuradas informações do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO) para avaliação e reporte do risco de crédito ao nível do consumo de capital associado às exposições.
- Risco de Liquidez:** trata-se de a incapacidade da instituição honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias ou mesmo devido à falta de liquidez para os seus ativos, sem que isso afete suas operações diárias ou mesmo incorra em perdas significativas. O controle do risco de liquidez é feito através do monitoramento diário da liquidez disponível, ou seja, instrumentos considerados como sendo HQLA (*High Quality Liquid Asset*) e que estejam desonerados de qualquer embarço. Além disso, faz-se também o monitoramento mensal dos indicadores de liquidez definidos pelo Comitê de Basiléia, nomeadamente LCR (*Liquidity Coverage Ratio*) e NSFR (*Net Stable Funding Ratio*). Todas estas métricas são reportadas à Administração, à Tesouraria e ao controle de riscos na matriz, as quais devem estar em conformidade com os limites definidos internamente. Adicionalmente, se utiliza de mecanismos de projeção de fluxos de caixa, adotando-se de premissas quanto ao comportamento das entradas e saídas futuras num período de até 365 dias corridos, conforme rege as boas práticas do controle do risco de liquidez.
- Risco Operacional:** trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas e também em razão de descumprimento de dispositivos legais bem como as respectivas indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades desenvolvidas pela instituição. O banco faz o monitoramento a mensuração e a mitigação dos riscos destes eventos com o intuito de manter o funcionamento regular da instituição e evitar ao máximo a ocorrência de perdas, tanto efetivas quanto potenciais. As ocorrências de eventos de risco operacional são registradas em sistema próprio (GRO: Gerenciamento do Risco Operacional) pelas respectivas áreas. Os eventos são monitorados e reportados, à Administração local e ao controle de riscos na matriz.

- **Risco de Compliance:** trata-se do risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos reputacionais, bem como de medidas administrativas ou criminais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais e regulamentares, normas de mercado local e internacional ou decorrentes de compromissos assumidos por meio de códigos de autorregulação, padrões técnicos ou códigos de conduta. O risco de Compliance é gerenciado de modo preventivo, através de monitoramentos das atividades, aculturação dos colaboradores, treinamentos sobre legislação e normas internas aplicáveis aos negócios do Banco.
- **Risco de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo:** Risco de, eventualmente, o Banco ser intencionalmente utilizado para a lavagem de dinheiro, através de seus produtos e serviços, com recursos de origem ilícita no Brasil e/ou no exterior, tais como corrupção, tráfico de entorpecentes e evasão de divisas. O risco de financiamento ao terrorismo relaciona-se à possibilidade de utilização do Banco para operações de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas em transações que envolvem recursos destinados a atividades terroristas. Tais pessoas podem ou não constar de listas internacionais divulgadas pelo GAFI - Grupo de Ação Financeira Internacional, Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia, entre outras. Para prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo, o Banco dispõe de ferramentas de controle e monitoramento baseadas em práticas internacionais, que abrangem governança corporativa, sistemas informáticos e equipes capacitadas para conduzir os monitoramentos internos. O Banco realiza treinamentos periódicos a todos os seus colaboradores sobre prevenção a lavagem de dinheiro e combate ao financiamento e ao terrorismo, para capacitá-los às suas políticas internas sobre o assunto.
- **Risco Reputacional:** está associado a uma percepção desfavorável do Banco pelos diversos agentes com os quais se relaciona, sejam agentes internos ou externos, e que podem ter um impacto desfavorável no âmbito dos resultados, bem como na dinâmica e evolução das atividades da instituição.
- **Risco Socioambiental:** trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas das instituições decorrentes de danos socioambientais. O risco socioambiental, inclusive o risco de imagem e reputação, são fatores considerados nas análises de risco de crédito e operacional a que a Instituição está exposta, considerando o relacionamento e atividades pertinentes da instituição. Dessa forma, o gerenciamento adequado do risco socioambiental está atrelado a mitigação dos eventos que podem impactar o risco operacional, risco de crédito, risco reputacional e risco de capital da instituição. A instituição estabelece um questionário de responsabilidade socioambiental como formulário indispensável no cadastro do cliente. Além disso, a aprovação de qualquer tipo de operação é submetida às análises pertinentes, considerando a possível existência de impacto socioambiental na destinação dos recursos. Sempre que houver algum risco socioambiental, os contratos vinculados estabelecerão cláusula específica de vencimento antecipado, a obrigação do devedor manter as licenças ambientais em dia e a de informar a instituição qualquer atuação que tenha sofrido.
- c. **Gestão Integrada de Riscos e Capital e Segmentação:** De acordo com as atividades previstas pela "Agenda BC+" e com o alinhamento internacional para as melhores práticas de regulamentação prudencial, foi publicada a Resolução CMN nº 4553, que estabeleceu a segmentação das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar no país para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial, sem prejuízo da segurança, solidez das instituições financeiras, com maior eficiência e menor custo de observância. Nesse contexto, o **Haitong Brasil** foi classificado no segmento "**S3**" designado a instituições de porte entre 0,1% e 1% do PIB na data da publicação. Na sequência, em 23 de fevereiro de 2017, foi publicada a Resolução CMN nº 4557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIR). A Resolução aponta para a necessidade de implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e capital, requerimentos para definição da Declaração de Apetite por Riscos (RAS, "*Risk Appetite Statement*"), estabelecimento de programa de testes de estresses, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação de diretor responsável pelo gerenciamento de riscos (CRO), com definições de atuação, responsabilidades e requisitos de independência.
- d. **Governança de Riscos e Capital:** O Conselho de Administração (CA) do Haitong Brasil é o principal órgão responsável pelo estabelecimento das diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos e capital. Por sua vez, o Departamento de Controle de Riscos, através do CRO, é responsável por subsidiar os membros do CA no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Ao nível Executivo, assumem papel importante na gestão do risco e do capital, a Diretoria do Banco, o Diretor responsável (CRO - *Chief Risk Officer*), o Comitê de Crédito e Riscos no Brasil e o Comitê Global de Crédito Haitong Bank em Portugal. O gerenciamento e controle de riscos e capital do Haitong Brasil está estruturado de acordo com responsabilidades suportadas em "Três Linhas de Defesa" que desempenham funções independentes, de forma não comprometer a sua efetividade, bem como atuação distinta entre si, conforme segue:
1. *Primeira Linha de Defesa* é aquela representada pelas áreas de negócios (*Front-Office*), responsável por identificar, mensurar, avaliar, controlar, reportar e mitigar os riscos das suas operações e atividades por elas originadas.
 2. *Segunda Linha de Defesa* é uma unidade independente representada pela Diretoria de Controle de Riscos. A responsabilidade dessa segunda linha é assegurar o monitoramento e controle do risco de forma garantir que as atividades do Banco estão aderentes ao nível de apetite de risco definido pela Administração do Banco. No Haitong Brasil, além do Controle de Risco, a segunda linha também tem o suporte das áreas de Compliance e TI/Segurança.
 3. *Terceira Linha de Defesa* é representada pela Auditoria Interna, que, de modo independente, revisa e valida as atividades das duas primeiras linhas de defesa e contribui para seu aprimoramento. O suporte da Diretoria e do Conselho de Administração completa a atuação em terceira linha de defesa.
- O funcionamento das "Três Linhas de Defesa", mesmo independentes entre si, deve ocorrer de forma coordenada, com objetivo de maximizar sua eficiência e contribuir para o desenvolvimento do Banco.
- Cultura de Risco: O Haitong Brasil tem adotado ações diversas para disseminar a cultura de risco, de forma a fortalecer valores e alinhar suas diretrizes e o apetite de risco da instituição junto aos seus colaboradores. Dessa forma, o Banco torna transversal e eficiente o funcionamento das três linhas de defesa mencionadas anteriormente.
- e. **Gestão Integrada de Riscos:**
De forma conceitual, a gestão de riscos é de responsabilidade de todas as áreas e colaboradores os quais devem informar tempestivamente os riscos, as falhas e as deficiências de controle às áreas em condições de saná-las.
O Haitong Brasil possui uma área responsável pela Gestão Integrada de Riscos, cuja as atribuições são exercidas de forma centralizada e independente, liderada pelo CRO (*Chief Risk Officer*). Esta unidade é responsável pela identificação, monitoramento e reporte dos riscos considerados relevantes pela Administração (riscos materiais), utilizando-se de processos específicos, metodologias internas, limites, políticas e procedimentos de controles estabelecidos em conformidade com o apetite de risco definido pelo Conselho de Administração, consoante com as diretrizes estabelecidas e autorizadas pelo acionista.
A área de Controle de Risco é responsável pela medição, monitoramento, reporte e o controle contínuo e integrado das posições e exposições ao risco *vis a vis* aos limites pré-aprovados, para todas as operações realizadas e dos fatores de risco que incorrem, cujos processos são formalizados através de relatórios periódicos. Adicionalmente é responsável pela realização de testes de estresse dos riscos da carteira do Banco. As referidas exposições aos riscos materiais e posições em carteira própria que norteiam os limites de tolerância a risco são definidos e formalizados nos respectivos comitês internos de governança.
Valores atualizados com base no último relatório distribuído - 31/12/2018:
- **Risco de Mercado:** O VaR do Banco totalizava R\$ 637 (Média de R\$ 1.095 em 2018), o que representou 0,16% do Patrimônio de Referência de encerramento do exercício.
 - **Risco de Liquidez:** A liquidez livre/disponível totalizava R\$ 1.046.767 (Média de R\$ 778 em 2018), o que representou 2,68 vezes o PR. O Banco apura os indicadores de liquidez LCR e NSFR para efeitos de consolidação com a matriz e para sua gestão interna, embora não haja requerimento local pelo regulador para o Haitong Brasil ("S3"). Na data, o LCR encontrava-se em 990% e o NSFR em 175,0%, ambos superiores aos limites estabelecidos pelo regulador local.
 - **Razão de Alavancagem:** Na data de fechamento esse índice reportado foi de 6,64%.
 - **Risco de Crédito:** As operações de crédito e fianças totalizavam R\$ 592.568 correspondente a 14,5% do Ativo Total, sendo distribuídas pelos seguintes principais setores: Energia Elétrica (38,0%); Telecomunicações (17,6%); Água e Saneamento (10,7%); Infraestrutura de Transporte (9,0%) e Agroalimentar (8,9%). Desta carteira, 65,9% das operações estavam cobertas por garantias cedidas pelos clientes, representadas principalmente por: Avais, Fianças e SBLCs (49,2%); Ações Corporativas (35,3%); Grãos (5,8%); Imóveis (4,6%) e Equipamentos (3,8%) e o restante distribuído entre Conta Reserva e Vinculação de Receitas (1,3%).
- f. **Gerenciamento de Capital:**
O gerenciamento de capital é definido como processo contínuo de monitoramento e controle do capital do Banco, avaliação da necessidade de capital face aos riscos a que a instituição está sujeita e o planejamento de metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. Sempre adotando uma postura prospectiva e antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
Como responsável pelo gerenciamento de capital perante o Banco Central do Brasil foi designado o Diretor responsável de Riscos (CRO - *Chief Risk Management*), atualmente subordinado ao Presidente. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas do mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos integrados relevantes incorridos pelo Banco. Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do Capital Mínimo exigido pelo Regulador, a instituição adotará medidas cabíveis a de fim de manter o capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.
O Plano de Capital do Haitong Brasil é elaborado de forma consistente com o planejamento estratégico e é preparado concomitantemente com a revisão anual do Plano de Negócios e Orçamento anual. As responsabilidades e a estrutura organizacional do gerenciamento de capital envolvem a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração, as áreas de Controle de Riscos e de Controle de Gestão. Além disso, conforme prevê legislação vigente, possui Plano de Contingência que possibilita a capitalização adequada em caso de condições de estresse, exigindo assim, acionar os estágios necessários e mais adequados, para a aplicação do Plano de Contingência estabelecido e aprovado pela alta Administração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

17 OUTRAS INFORMAÇÕES

a. O Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. apura seus limites operacionais de forma consolidada, dentro dos parâmetros definidos por Basileia III, requerimentos que impuseram maior e melhor qualidade no nível de capital das instituições, além das medidas de caráter prudencial, o que tornou o sistema financeiro mais sólido às crises que venham ocorrer. A seguir, demonstramos a relação entre o patrimônio líquido de referência e o patrimônio líquido exigido e os riscos médios ponderados (RWA):

	Conglomerado Prudencial
• Capital principal	389.896
• Patrimônio de referência - Total	389.896
• RWA - risco de crédito.....	96.040
• RWA - risco de mercado.....	35.598
• RWA - risco operacional.....	29.408
• Patrimônio de referência exigido	161.046
• Excesso de PR (TIER I + TIER II)	228.850
• % Índice em 31.12.2018 - de Basileia	20,9%
• % Índice em 31.12.2017 - de Basileia	17,1%
Adicional de capital principal - Segmento "S3"	35.010
• Excesso de PR (TIER I + TIER II) + ACP	193.840
• % Índice em 31.12.2018 - de Basileia	20,5%
• % Índice em 31.12.2017 - de Basileia	16,8%
• Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (IRRBB).....	24.987

b. Receitas de prestação de serviços: composta por receitas de assessoria técnica especializada R\$ 22.377 (2º semestre/2018 R\$ 10.552 e 2017 R\$ 5.801); rendas de garantias prestadas R\$ 7.553 (2º semestre/2018 R\$ 3.911 e 2017 R\$ 7.391) e outras receitas de tarifas e comissão pela colocação e intermediação de títulos R\$ 13 (2º semestre/2018 R\$ 6 e 2017 R\$ 12).

c. Outras despesas administrativas: composta por despesas com serviços do sistema financeiro R\$ 2.776 (2º semestre/2018 R\$ 1.226 e 2017 R\$ 2.426); de comunicações R\$ 3.596 (2º semestre/2018 R\$ 1.905 e 2017 R\$ 4.514); serviços de terceiros e técnicos especializados R\$ 3.505 (2º semestre/2018 R\$ 1.783 e 2017 R\$ 3.379); aluguel e condomínio R\$ 3.414 (2º semestre/2018 R\$ 1.819 e 2017 R\$ 8.343); processamento de dados e informática R\$ 3.765 (2º semestre/2018 R\$ 1.851 e 2017 R\$ 3.871); com viagens R\$ 827 (2º semestre/2018 R\$ 533 e 2017 R\$ 591); depreciações e amortizações R\$ 3.796 (2º semestre/2018 R\$ 1.903 e 2017 R\$ 5.000) e outras despesas R\$ 2.543 (2º semestre/2018 R\$ 1.403 e 2017 R\$ 3.594).

d. Despesas tributárias: composta por despesas com tributos federais (PIS, COFINS, IOF) R\$ 6.610 (2º semestre/2018 R\$ 2.647 e 2017 R\$ 4.598), estaduais (IPVA) R\$ 56 (2º semestre/2018 R\$ zero e 2017 R\$ 45) e municipais (ISS, IPTU) R\$ 1.787 (2º semestre/2018 R\$ 864 e 2017 R\$ 1.092).

e. Outras receitas operacionais: composta basicamente pela variação cambial positiva de investimentos em dependência no exterior R\$ zero (2º semestre/2018 R\$ zero e 2017 R\$ 4.755), por reversão de provisão para garantias financeiras prestadas R\$ 319 (2º semestre/2018 R\$ zero e 2017 R\$ 1.007), por receitas financeiras R\$ 62 (2º semestre/2018 R\$ 29 e 2017 R\$ 92).

f. Outras despesas operacionais: composta basicamente pelo complemento de provisão para risco de crédito R\$ 2.475 (2º semestre/2018 zero e 2017 R\$ 3.670), pela variação cambial negativa de disponibilidades em moedas estrangeiras R\$ 5.907 (2º semestre/2018 R\$ zero e 2017 R\$ 458) e passivos trabalhistas R\$ 1.186 (2º semestre/2018 R\$ 1.186 e 2017 R\$ 540).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Yong Lin
Chairman

Alan do Amaral Fernandes
Frederico dos Reis Arrochela Alegria
Paulo José Lameiras Martins
Roberto Fonseca Simões Filho
Wu Min

DIRETORIA

Alan do Amaral Fernandes
Presidente

Carlos José Caetano Guzzo
Roberto Fonseca Simões Filho
Silvan Barros Suassuna

CONTADOR

Marcos Tetsuo Takeda
CRC-1SP197374/O-1

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita

Contador

CRC nº 1SP 201506/O-5

Deloitte.